

# Planalto inicia ofensiva para limitar 'neoparlamentarismo'

Janio de Freitas

## Ulysses contra Covas

O deputado Ulysses Guimarães está convencido de que não precisa alterar qualquer das suas posições ou omissões atuais, que lhe têm custado a maior perda de prestígio de sua carreira, para recuperar a liderança do PMDB e, com ela, a velha imagem pessoal. Seu diagnóstico: "O Covas já está perdendo prestígio".

A tarefa a que se propôs o senador Mário Covas, de lutar pelo respeito dos constituintes peemedebistas aos seus compromissos partidários, é mesmo penosa e incerta. E sujeita, quando menos, a alternâncias na dose de prestígio, em função de êxitos ou insucessos na série longa de batalhas. A par destas dificuldades próprias da luta política, porém, opõe-se a Covas, desde algumas semanas, um cerco de dificuldades artificiais e de baixo padrão, de cuja autoria não estão inocentes nem os ulyssistas, nem o Planalto.

Consiste este cerco no uso de recursos diversos para reduzir a presença de Covas no noticiário, seja impresso ou de TV. Ou por outra, reduzir-lhe o aparecimento positivo ou neutro, enquanto são providenciadas notícias, insinuações em conversas com pessoas influentes, e demais coisas do gênero, sempre no sentido de figurar Covas como adversário da negociação, reformista de tendências extremadas, esquerdistas incapaz de moderação. A cada dia tem havido pelo menos uma notícia, em algum lugar, atribuindo ao senador Mário Covas a responsabilidade pela insuportação de algum impasse no PMDB ou na Constituição.

Apesar de tudo isso, o diagnóstico de Ulysses parte de premissa mais do que duvidosa, além de ser mais um toque melancólico no descenso atual

de uma liderança que, ainda ontem no ponto mais alto, hoje se define como dependente do grau de prestígio alheio para sustar a queda do seu. O senador Afonso Camargo, que há pouco recebeu justa homenagem de peemedebistas paranaenses por sua ativa fidelidade ao programa/doutrina do PMDB, resume em uma frase lúcida a crise do partido e a possibilidade de solução-la: "A unidade só pode ser obtida em torno do programa do partido".

Aliado, por atitudes e por omissões, aos conservadores e direitistas do PMDB, Ulysses abandonou a função de ponto de equilíbrio e convergência que lhe conferiu a relevância no partido, oferecendo-se às correntes partidárias como uma liderança que não implicava derrota ou vitória para qualquer delas. Mesmo que o prestígio de Covas descesse ao nível mais insignificante, Ulysses não teria condições, como aliado aos descumpridores do programa peemedebista, de retomar a liderança partidária. Até porque o problema do PMDB nem é sua posição, mas a posição de cada peemedebista diante dos compromissos do partido, neste tempo de Constituinte. Com suas opções que não incluem coluna do meio.

Se os conservadores e direitistas, ou seja, os descomprometidos com o programa/doutrina do PMDB, confirmarem-se como maioria da bancada partidária na Constituinte, Ulysses tem assegurada uma posição de liderança. Nem de longe, porém, a recuperação do seu prestígio no próprio PMDB e, muito menos, na opinião pública. A menos que atenda ao apelo que ouviu, constrangido, em reunião de mais de uns mil vereadores: "Volte para o programa, presidente".

CLÓVIS ROSSI  
Da Reportagem Local

O Palácio do Planalto não engoliu a proposta de "neoparlamentarismo", aprovada pela Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo do Congresso constituinte, e vai brigar, no plenário, por uma fórmula batizada de "presidencialismo mitigado", na qual o primeiro-ministro é apenas o auxiliar principal do presidente, com a função de coordenar e controlar a administração.

Pelo mecanismo aprovado pela comissão do Congresso constituinte, o primeiro-ministro é, de fato, o chefe de governo, com poderes para indicar os ministros e formular os planos de gestão, além de elaborar o orçamento — poderes excessivos, na visão do Palácio do Planalto.

O governo Sarney, sabendo que algum tipo de parlamentarismo acabará sendo aprovado pelo Congresso constituinte, em função da tendência da maioria dos parlamentares, pretende reduzir drasticamente os poderes do futuro primeiro-ministro. A fórmula para isso já está, na sua essência, até pronta: é o projeto que o jurista Miguel Reale Junior preparou e conta com o apoio de duas das principais lideranças do Congresso constituinte, os deputados Luiz Henrique da Silveira, líder do PMDB, e Carlos Sant'Anna, líder do governo na Câmara.

Por esse projeto, o primeiro-ministro é apenas um chefe de gabinete civil mais sofisticado e com mais apoio do Congresso Nacional, em vez



No projeto de Sarney, o primeiro-ministro seria reduzido a auxiliar presidencial

de ser, como hoje, um auxiliar da confiança apenas do presidente da República.

Em tese, o chefe do Gabinete Civil, atualmente, deve coordenar a administração federal e funcionar como um grande articulador político. Se,

na prática do governo Sarney, os diferentes chefes do Gabinete Civil (José Hugo Castello Branco, Marco Maciel e, agora, Ronaldo Costa Couto) não conseguiram desempenhar tais funções, foi apenas por circunstâncias políticas e não porque

essas tarefas não estivessem previstas no organograma de funcionamento do governo.

O Palácio do Planalto já deu luz verde para que seu líder, Carlos Sant'Anna, negocie com o deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), relator da comissão que aprovou o "neoparlamentarismo", uma fórmula que retire o que o governo considera excesso de poderes do primeiro-ministro. Mas a perspectiva de um acordo prévio, antes de que a matéria chegue ao plenário, é considerada remota.

Por isso mesmo, o governo reserva as suas forças para a batalha em plenário. E, para obter a maioria, conta com o chamado "centro democrático", a articulação conservadora do PMDB que é a base principal de sustentação da bancada "sarneyzista". Na comissão, o "centro democrático", segundo a Folha apurou, foi liberado para votar pelo parlamentarismo quase puro, em troca do apoio aos cinco anos de mandato para Sarney. No plenário, esse acordo desaparece: o Palácio acha que os cinco anos estão assegurados e vai puxar também o "centro democrático" para votar pelo "presidencialismo mitigado", derrubando o "neoparlamentarismo".

Em outras áreas do governo, entretanto, as contas que se fazem são mais realistas: o Planalto contará menos com o "centro democrático" e mais com um equacionamento pelo menos razoável do quadro econômico para obter tanto os cinco anos como o "presidencialismo mitigado". Se a economia desandar, tudo será recolocado em discussão.

## O pacto do diabo

# Ulysses condiciona aceitação a poder do premiê

Banco de Dados

Da Sucursal de Brasília

"Não sei como é esse noivo. Primeiro é preciso conhecê-lo". Esse foi o comentário feito ontem pelo deputado Ulysses Guimarães ao responder à pergunta sobre se será ou não o primeiro-ministro no sistema "neoparlamentar", que poderá ser adotado na futura Constituição. O "noivo", para o presidente do PMDB, do Congresso constituinte e da Câmara, representa a gama de poderes do primeiro-ministro.

A indicação de Ulysses para premiê faz parte do chamado "pacto do diabo", entre ele e Sarney. Esta denominação surgiu entre os dirigentes do PMDB para se referirem aos

indícios de um acordo entre o presidente José Sarney e o deputado Ulysses Guimarães. O acordo previria o apoio de Ulysses a um mandato de cinco anos para Sarney, obtendo em troca o apoio deste para sua candidatura a presidente na próxima sucessão presidencial e/ou para primeiro-ministro no caso da implantação do sistema parlamentarista.

Ulysses utilizou a mesma imagem ao dizer que "esta história [de sua indicação para premiê] parece a daquelas noivas que tinham o casamento prometido mas não conheciam o noivo". Para ele, a corrente parlamentarista é majoritária no Congresso constituinte, apesar de sua posição pessoal, pró-presidencialista.



Ulysses diz que quer conhecer antes o "noivo", referindo-se aos poderes do premiê

# Para Brizola, acordo é "desarrazoado e infeliz"

Da Sucursal de Campinas

O ex-governador do Rio, Leonel Brizola, disse ontem, em Campinas (92 km a noroeste de São Paulo), que "só um ingênuo poderia imaginar que não houve entendimento entre eles (o presidente José Sarney e o deputado Ulysses Guimarães), para uma repartição de posições, porque é estranho esse interesse do doutor Ulysses em outorgar um mandato de cinco anos ao senhor Sarney".

Brizola disse ainda que se for verdadeira a versão de que "os militares estão exigindo esse pacto, isso complica muito a situação do doutor Ulysses, que deveria tornar pública essa exigência dos militares para que o

povo não vote". Ele ressaltou não crer na versão, "pois os militares dão exemplo de assimilação desta fase democrática".

Leonel Brizola comentou o "pacto do diabo", em entrevista à imprensa, após uma reunião com o PDT de Campinas, na Associação Campineira de Imprensa, antes de participar do projeto "Brasil: memória política", promovido pela Unicamp. "Quanto ao diabo", disse, "acho que ele é uma figura desprestigiada até mesmo pela Igreja, que não fala nele, mas o que a imprensa quis dizer é que, para proceder um pacto tão desarrazoado e tão infeliz contra o povo brasileiro, só poderia ter inspiração do diabo".

Quanto à afirmação do líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro (RJ), de que Brizola seria o diabo, na visão de Sarney e Ulysses, o ex-governador disse que "não me cria nenhuma inibição ser diabo para esses que deploram o Brasil e oprimem o povo, no sentido de ser alguém capaz de cobrar de todas essas estruturas, que têm feito de nosso país uma nação que ainda não deu certo".

Para Brizola, o líder do seu partido interpretou o pacto no sentido de que "de que a grande preocupação dos dois (referindo-se a Ulysses e ao presidente) seria para com um diabo que, no caso, se chamaria Leonel

Brizola. Uma inspiração diabólica dos dois, de evitar que haja eleições livres". Contudo, ele disse ser injusta essa preocupação: "Não sei porque se preocupam comigo, pois não sou ameaça para eles e para ninguém, sou apenas uma força, a favor do povo. Não têm porque temer uma candidatura Leonel Brizola, porque ainda nem sou candidato".

Ao comentar a observação de que estava falando de uma mesa na qual havia uma faixa com os dizeres: "Eleições 88 — Brizola para presidente", disse que "essa eventualidade pode ocorrer, mas eu não ando fazendo campanha eleitoral e não ando atrás desse bonde".

## PFL vira oposição se deputado for 1º ministro, diz Queiroz

Da Sucursal de Brasília

O secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiroz (MS), 48, de centro, disse ontem que se o Congresso constituinte aprovar o sistema "neoparlamentarista" de governo, "o PFL não terá outra alternativa senão a de coordenar a oposição ao governo no Congresso". Segundo ele, com a mudança de regime o PMDB assumiria integralmente o controle do governo, através da indicação do primeiro-ministro.

"Num regime de gabinete, o partido majoritário, no caso, o PMDB, deve assumir o governo", afirmou Saulo Queiroz, que se declara favorável ao "sistema parlamentarista clássico". No encontro que manterá hoje, às 18h, com Ulysses, o secretário-geral do PFL não pretende, contudo, tratar desse assunto, que "espera discutir internamente no partido, nos próximos trinta dias".

Segundo o deputado, a bancada do PFL no Congresso já começou a discutir qual será sua posição caso seja aprovada a mudança de sistema de governo. "Teremos de nos definir como partido", diz ele, acrescentando que "se for aprovada a mudança, a transição política estará encerrada. O PFL, então, deve considerar-se liberado".

Um grupo de vinte parlamentares do PFL, que se autodenomina "facção moderna", liderado pelo próprio Saulo Queiroz, reúne-se hoje, às 18h, com o presidente do Congresso constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, para apresentar-se como "alternativa ao radicalismo de direita que marcou a atuação do partido na primeira fase do trabalho constituinte", segundo Saulo Queiroz. Reforma agrária, reserva de mercado, reforma urbana, conceito de empresa nacional são alguns itens sobre os quais o grupo está disposto a negociar com o PMDB e os outros partidos. O deputado Lúcio Alcântara (CE), centro-direita, disse que a "facção moderna" é uma dissidência em relação à liderança do deputado José Lourenço (BA), direita.

O presidente do partido, senador Marco Maciel (PE), segundo seu assessor de imprensa, Anchieta Héliária, apóia a "atuação suprapartidária" da "facção moderna". Maciel reúne hoje, às 15h, os presidentes dos diretórios regionais do PFL a fim de discutir a preparação do partido para as eleições municipais previstas para 15 de novembro do próximo ano. O deputado Lúcio Alcântara disse que a formação do "facção moderna" não está na pauta da reunião.